

O DIÁLOGO EM CRISE

Danilo Marcondes de Souza Filho (PUC-RJ)

Este trabalho representa apenas uma pequena etapa de um projeto mais amplo, ainda em curso. Projeto que pode ser caracterizado como uma tentativa de análise de diferentes aspectos da relação entre a linguagem e seu uso, do ponto de vista filosófico. A Filosofia lingüística em geral, e a Teoria dos Atos de Fala em particular, são as linhas mestras que têm definido estes estudos. Durante estas pesquisas, tenho seguido diversas direções, algumas levando a discussões mais genéricas, outras mais específicas. Só posso esperar que esta etapa que inicio aqui seja um passo na direção certa. Minha inspiração vem sobretudo de uma sugestão de Austin:

"Além do proferimento das palavras no assim chamado performativo, muitas outras coisas têm que estar certas e dar certo para que se possa dizer que uma ação foi bem sucedida. O que são estas coisas pode-se tentar descobrir examinando e classificando tipos de casos em que algo sai errado e o ato (...) é portanto, pelo menos até certo ponto, um fracasso: o proferimento, é então, pode-se dizer não falso, mas em geral, infeliz". (1962:14).

Pretendo examinar aqui vários tipos diferentes de problemas no uso lingüístico que causam uma falha ou colapso no diálogo impedindo a comunicação de se realizar, ou que infringem a função cooperativa do discurso; levando em consideração as causas e conseqüências destes problemas. Tentarei então, desenvolver, embora em sentido diferente, alguns aspectos da doutrina das infelicidades de Austin. A idéia é que a investigação das razões pelas quais o diálogo falha nestes casos, e a comunicação é até certo ponto impedida, pode nos dar uma visão mais clara da natureza da linguagem e da estrutura e implicações de seu uso.

Desde Platão, o diálogo tem tido um papel central no método filosófico. Na verdade, em certo sentido, a possibilidade de se tomarem decisões e resolver conflitos através de um diálogo --- de uma discussão racional na qual argumentos são defendidos e se pode chegar a um consenso --- uma das características do surgimento da prática da filosofia na Grécia Antiga. Os filósofos discutiam os critérios para um

argumento correto e legítimo, e procuravam estabelecer definições de termos e conceitos arbuíguos ou discutíveis (tomem-se, por exemplo, as obras de Platão, especialmente o Górgias e a Carta Sétima, em que estas questões são tematizadas explicitamente). Atualmente, a Filosofia lingüística tem dado atenção especial ao uso da linguagem na comunicação, investigando sua constituição, suas regras e convenções, os contextos em que se realiza, e as condições segundo as quais os indivíduos agem em determinadas situações de fala.

O diálogo continua a ter portanto ainda uma importância central do ponto de vista filosófico. Sua importância se deve a 2 aspectos: primeiramente, enquanto o próprio instrumento da filosofia --- isto é, a análise e a reflexão filosófica têm a forma do diálogo. Suas teses são propostas como afirmação ou hipóteses a serem justificadas, questionadas, desenvolvidas e superadas em uma discussão aberta levando ao aperfeiçoamento de nossa compreensão de nós mesmos, de nossa existência em sua dimensão social e da realidade em que nos encontramos. Em segundo lugar, na medida em que o objeto por excelência da investigação da filosofia lingüística é o uso da linguagem na comunicação --- a linguagem como prática social concreta --- a análise filosófica se caracteriza por uma descrição e interpretação das condições de possibilidade deste uso, de suas implicações e de seu sentido mais profundo. Isto é, do que acontece quando uma troca lingüística --- um diálogo --- tem lugar. Isto é pressuposto em toda análise conceitual realizada por filósofos da linguagem na tradição do 2º Wittgenstein, de Austin, Ryle e outros. Além disso, segundo Habermas (1970) indica, o diálogo é o paradigma de qualquer situação de discurso possível. Tem um caráter normativo no uso lingüístico, já que a natureza cooperativa é a característica definidora da linguagem (vejam-se a este respeito as definições de Grice 1975 e Lewis 1969). Um dos pontos centrais que pretendo discutir aqui é precisamente esta concepção da linguagem enquanto tendo uma natureza basicamente cooperativa, e em que sentido e até que ponto pode-se considerá-la assim.

Tendo em vista as dimensões deste trabalho, vou concentrar-me em alguns casos específicos de falhas no diálogo, em que algo sai errado e a comunicação é impedida ou não se realiza como esperado. Começando com algumas distinções básicas e critérios gerais, considerarei em maior detalhe alguns exemplos enquanto casos paradigmáticos, a partir dos quais procurarei tirar conclusões que esclareçam as condições segundo as quais o diálogo pode ser bem sucedido. Estarão excluídos da discussão todos os casos de distúrbios fisiológicos tais como surdez, mudez e problemas mentais; bem como barreiras físicas e ambientais tais como ruído, distância, acidentes, etc., concentrando-me assim em casos especialmente relevantes do ponto de vista filosófico.

Poderemos começar com algumas questões gerais: Por que consideramos que algo sai errado em certos casos de falha na comunicação? O que exatamente falha quando há uma falha no diálogo? Ao tentar encontrar respostas para estas questões vemos imediatamente que falha ou fracasso é caracterizada por referência a critérios que se originam em um conjunto de normas, convenções, regras e paradigmas que regulam o dis-

curso e o uso da linguagem. Parece-me, no entanto, que uma análise pragmática deve poder explicar o fato de que em nosso uso comum da linguagem, regras e convenções normalmente pressupostas são obedecidas de modo bastante vago e por vezes são simplesmente transgredidas, mas ainda assim a comunicação é possível, embora desviando do modelo ideal. Há, entretanto, alguns casos em que podemos dizer que a comunicação falha, em diferentes graus talvez, e são estes que nos interessam particularmente. Está fora das preocupações deste trabalho desenvolver uma análise sistemática destas falhas, ou formular uma taxonomia ou tipologia destes casos. O que pretendo fazer é tão somente examinar em termos bastante gerais o que ocorre quando o diálogo falha, através da discussão de alguns exemplos.

Podemos contrastar então uma concepção teórica, ideal, de linguagem "normal", segundo a qual os falantes têm controle sobre as regras e convenções semânticas, sintáticas e pragmáticas, segundo a qual falante e ouvinte têm igual acesso a estas regras e a realização dos atos de fala, segundo a qual o significado das palavras e expressões e as regras de uso são transparentes; com uma linguagem real, concreta, que desvia de diferentes maneiras e em vários graus deste modelo, que consiste de idioletos, jargão, atos de fala indiretos, implicaturas conversacionais, proferimentos de sentenças incompletas, etc., na qual encontramos omissões e supressões e na qual uma variedade de fatores interfere na troca lingüística. Regras e convenções são pressupostas e antecipadas, mas também podem ser distorcidas. Há casos em nosso uso concreto da linguagem em que o diálogo, ou em um sentido mais amplo, o jogo lingüístico, parcialmente satisfaz nossos critérios de coordenação e parcialmente satisfaz nossos critérios de conflito, simultaneamente. Nestes casos, podemos fazer uma distinção de níveis estabelecendo os tipos de falha que ocorrem, uma vez que falhas e fracassos podem estar restritos a certos níveis (ex.: fonético, sintático, semântico, etc.) apenas; e uma distinção em termos de fim e objetivos dos participantes no diálogo, estabelecendo até que ponto coincidem ou divergem --- isto é, quais as causas ou motivos do fracasso ou falha.

Decidi ignorar nesta discussão casos de falha total, concentrando-me nos casos em que a falha é parcial, limitada a certos aspectos da comunicação. Podem ser casos de manipulação, de interpretação errônea de intenções ou da força ilocucionária, de oposição quanto aos objetivos da comunicação, de contradição entre fins divergentes na realização dos atos de fala ou na participação do jogo lingüístico. Assim, proponho primeiramente algumas distinções básicas; nem todos os erros nos usos lingüísticos causam falhas na comunicação, e nem todas as falhas são de interesse especificamente filosófico. Para caracterizar uma falha na comunicação, no sentido que nos interessa, temos que mostrar que algo não funciona não só na linguagem (i.e., quanto às regras fonéticas, sintáticas e semânticas), mas também sobretudo quanto às regras e circunstâncias que dizem respeito à situação de fala. Um lapso lingüístico, p. ex., é um caso em que o falante diz algo que não pretendia dizer, expressa algo que não pretendia expressar. Mas como podem ser possíveis tais atos? À primeira vista pode parecer quase contraditório que um falante possa dizer algo sem ter a intenção

de fazê-lo. De um ponto de vista psicológico podemos considerar casos em que há uma discrepância entre o que é dito e o que se tem a intenção de dizer, devido aos desejos inconscientes do falante. Para Freud, lapsos lingüísticos inconscientes --- atos falhos --- revelam pensamentos reprimidos, subjacentes. Pode haver casos de significado não-intencional em que a linguagem revela a intenção oculta do falante. Algo é dito, que não deveria ter sido dito, algo que pode gerar conflito é expressado. Entretanto, em outros casos, o conflito entre o falante e o ouvinte pode ser mascarado, disfarçado; o falante usando algum elemento da linguagem para mascarar o conflito, ao mesmo tempo usando outros elementos para realizar seu objetivo de iludir o ouvinte. O exame de alguns exemplos, adiante, poderá tornar mais clara esta idéia.

Freud (1976) estudou as manifestações da neurose e da psicose na fala, e A. Lorenzer (1970, 1973) tem estudado a relação terapêutica psicanalítica em termos da comunicação, examinando como o psicanalista decodifica o significado incompreensível do discurso do paciente. Segundo estes autores, a comunicação pode ser distorcida em um sentido psicanalítico quando certos atos de fala realizados têm um conteúdo incompreensível naquela situação de fala específica. Isto é, a linguagem, ou melhor uma área da linguagem do falante, tornou-se privada e permanece inacessível ao próprio falante ao qual entretanto deve ser atribuída. No caso de inibições, p. ex., os atos de fala realizados no interior de um jogo lingüístico específico são distorcidos por sintomas formados no lugar do significado excluído (reprimido). Entretanto, não há uma exclusão completa do que é reprimido da comunicação, mas ocorre uma forma de linguagem privada, ou pseudo-comunicação.

Ao examinarmos a literatura que diz respeito a estudos lingüísticos sobre usos defeituosos da linguagem, vemos que a maioria destes estudos se concentra nos aspectos fonéticos dos distúrbios da fala (Cf. Frankin 1973). Estes estudos têm por objetivo descrever casos de fala defeituosa, estabelecendo regularidades em sua ocorrência e classificando-os. Discutem as maneiras pelas quais erros de fala espontaneamente produzidos (i.é. proferimentos que de um modo ou de outro desviam-se dos proferimentos intencionados) podem esclarecer a natureza da linguagem e a estrutura do comportamento lingüístico. Uma análise filosófica deve, contudo, levar em consideração estes fenômenos procurando revelar seus motivos e conseqüências, e explicar seu sentido e relevância para a compreensão da linguagem enquanto meio pelo qual interagimos em um contexto social, reconhecemo-nos a nós mesmos e interpretamos a realidade que nos cerca.

Tendo em mente essas considerações gerais, passamos a examinar alguns exemplos. A discussão destes exemplos não é de modo algum exaustiva, e está fora de meu propósito cobrir todos os casos possíveis de falhas e fracassos na comunicação, pretendo apenas destacar alguns de seus mais relevantes aspectos filosóficos.

Na linguagem ordinária, quando examinamos nosso uso lingüístico em os diferentes jogos lingüísticos que são parte de nossa existência cotidiana, encontramos muitos tipos diferentes de interrupções freqüentes no fluir de uma troca lingüística. Paralalias (incapacidade temporária de falar), parafrasia (uso de palavras

erradas ou inexistentes), afasia nominal (uso de expressões como "como é que se diz mesmo aquilo...") são alguns dos exemplos mais comuns. Não chegam a caracterizar, em geral, uma falha na comunicação, mas são apenas distúrbios momentâneos com os quais nos habituamos. Expressões tais como, "Compreende?", "O que você quer dizer com isso?", e "Não entendi o que você dizia", são exemplos de interrupções no diálogo que também não caracterizam um fracasso comunicativo, mas são uma tentativa de restaurar o entendimento mútuo. Representam a possibilidade que os participantes da situação de fala têm de referir à sua própria troca lingüística, quando percebem que esta corre o risco de falhar por insuficiência de clareza. Da mesma forma, expressões como "Sem querer interromper...", "Sem mudar de assunto...", são exculpatórias, têm a função de preservar o equilíbrio da troca lingüística, suavizando um possível mal vindo efeito perlocucionário. São maneiras de dizer ou fazer coisas que poderiam ser mal interpretadas e causar uma quebra da comunicação, mas que no entanto devem ser ditas. Não caracterizam na verdade falhas ou fracassos na comunicação, mas são uma interrupção no fluir normal do discurso, precisamente para evitar uma possível quebra da comunicação ou conflito por falta de clareza ou devido a uma má interpretação do objetivo ilocucionário do proferimento.

Gostaria de examinar agora três casos que segundo me parece caracterizam claramente uma falha ou fracasso na comunicação e uma violação de um princípio pragmático básico. Estes exemplos são tirados das obras de George Orwell (1984), Lewis Carroll (Através do Espelho) e S. Freud (O Chiste e sua relação com o inconsciente). Procurarei discutir os diferentes sentidos em que podem ser considerados quebras no diálogo e casos em que a troca lingüística não pode ser interpretada como cooperativa.

Em seu ensaio "A Política e a Língua Inglesa", Orwell (1962) já havia criticado os muitos abusos encontrados no uso corrente da linguagem, denunciando especialmente o uso de jargão e de termos que considerava "estritamente sem sentido" no jornalismo, na crítica literária e no discurso político; bem como metáforas superadas e palavras pretensiosas usadas freqüentemente para dar um ar de cientificidade, seriedade ou respeitabilidade, e servindo apenas para ocultar a pobreza ou a desonestidade do que é realmente dito, usadas portanto com a intenção de iludir. É, entretanto, em 1984, uma obra de ficção, que sua crítica é mais incisiva. Nesta obra, uma alegoria de uma sociedade autoritária no futuro, encontramos a descrição de uma língua artificial - o Newspeak ("NovaFala") - destinada a eventualmente substituir a língua original - Oldspeak ("VelhaFala"). A função do personagem principal - Winston Smith - é reescrever números antigos do The Times em Newspeak para falsificar os registros nos quais a História se baseia. Esta língua é construída de modo a praticamente suprimir tempo e modo verbais, i.é. as indicações de temporalidade e de valor de verdade, substituindo juízos do valor do Oldspeak por termos mais convenientes do Newspeak, eliminar a possibilidade de se expressar tudo que for considerado inconveniente pelos governantes, e empobrecer de modo geral o pensamento. Seu objetivo é impedir qualquer uso possível da linguagem que venha a desenvolver a consciência crítica dos falantes e que possa portanto constituir um desafio à autoridade dos governan-

tes. Isto é, trata-se de uma língua construída para exercer um certo tipo de controle mental. Pode-se argumentar, é claro, que um programa deste tipo é em vários sentidos implausível e envolve um grande número de contradições. (Cf. Fowler 1979:21). Trata-se, no entanto, de uma poderosa alegoria, mostrando uma visão deliberadamente exagerada de como o uso da linguagem pode servir a propósitos de controle e censura, restringindo as possibilidades de expressão e entendimento dos falantes e fazendo com que as pessoas ajam de uma maneira passiva, mecânica. Mostra também as implicações políticas do uso da linguagem em uma sociedade repressiva. Caracteriza uma quebra no diálogo no sentido de que a comunicação torna-se unidirecional, sua função deixa de ser cooperativa uma vez que os falantes fazem apenas aquilo que se espera deles. Há uma troca mecânica de mensagens, sem nenhuma possibilidade real de diálogo já que a estrutura de poder que o uso da linguagem reflete é assimétrica e desigual, e os indivíduos têm uma possibilidade restrita de usar a linguagem e realizar atos de fala. Indica assim como através da manipulação ideológica e da propaganda os indivíduos podem ser levados a acreditar em certos objetivos e interesses e agir segundo eles, independentemente de sua escolha ou decisão, condicionando-se seu comportamento e reduzindo-se seus juízos de valor a um número de possibilidades convenientemente limitado. Os falantes não possuem um domínio completo do que ocorre numa situação discursiva uma vez que estão impedidos de compreender os motivos e implicações dos atos que realizam e os propósitos implícitos a que estes atos servem. Orwell nos faz ver como a linguagem pode ser um instrumento de poder e manipulação ideológica, muito diferente do meio de comunicação cooperativo e neutro que freqüentemente supõe-se ser.

No cap. VI de Através do Espelho de Lewis Carroll, encontramos a estória do encontro de Alice com Humpty Dumpty. O diálogo que aí ocorre entre ambos é um dos melhores exemplos de pseudo-comunicação que se encontram na literatura moderna que usa o absurdo como técnica. Alice tenta várias vezes fazer-se entender por Humpty Dumpty e entender o que ele está dizendo, e as diferentes maneiras em que ela falha representam muito bem a complexidade da estrutura pragmática da linguagem e os vários fatores que podem interferir em seu uso na comunicação. É um exemplo típico de uma troca não-cooperativa, na medida em que Alice acaba por ofender, embora involuntariamente, Humpty Dumpty ao chamá-lo de ovo, o que ele de fato faz, dando início assim a um verdadeiro conflito verbal entre ambos. Alice imediatamente percebe que o diálogo "não parece nem um pouco uma conversa", e logo vemos porque. Quando Alice pergunta porque Humpty Dumpty está sentado no muro sozinho, ele responde que está sozinho porque não há ninguém com ele. E sua atitude permanece a mesma, respondendo a todas as perguntas dela de maneiras que explorando a ambigüidade de termos e expressões e jogando com o significado dúbio das palavras, impede uma comunicação real e bem sucedida. De fato, Humpty Dumpty explicitamente se refere ao diálogo como sendo composto de enigmas ou charadas, como se na comunicação os falantes tivessem realmente que decifrar e interpretar com desconfiança uma intenção secreta do interlocutor, cujo objetivo passa a ser considerado como uma tentativa de ocultar algo e despistar o falante de alguma maneira. Alice, na verdade observa em um dado momento: "Ele fala como

se isto fosse um jogo!". Uma das principais razões do fracasso deste diálogo é o fato de que Humpty Dumpty joga com certas características pragmáticas da linguagem tais como relevância contextual, pressupostos mútuos da comunicação e a relação entre significado literal e significado do falante. Tome-se, por exemplo, a passagem em que após perguntar a Alice "Que idade você disse ter?", tendo como resposta "Sete anos e meio", Humpty Dumpty replica triunfantemente: "Errado! Você não havia dito sua idade antes!". Quando Alice protesta, dizendo "Eu pensei que você queria dizer qual a sua idade?", ele lhe responde "Se eu quisesse dizer isto, eu o teria dito".

Um dos momentos mais significativos do diálogo é quando Humpty Dumpty insiste que quando ele usa uma palavra, esta palavra significa o que ele quiser. Alice comenta que a questão é saber se se pode fazer isto. Ao que ele responde que a questão é saber quem é que manda, o que em certo sentido antecipa algumas das considerações de Orwell sobre o poder na linguagem. Nesta passagem do diálogo, Carroll por duas vezes indica que Alice estava por demais perplexa para poder dizer qualquer coisa, deixando assim os comentários absurdos de Humpty Dumpty sem resposta. A explicação do poema "Jabberwocky", dada em seguida por Humpty Dumpty é um excelente exemplo de sua técnica de fazer com que as palavras signifiquem o que ele quiser. Todos sabemos, é claro, qual o fim de Humpty Dumpty! Este diálogo pode ser tomado como bastante ilustrativo de uma quebra da comunicação, ou pelo menos como uma forma de pseudo-comunicação. Embora Alice e Humpty Dumpty falem essencialmente a mesma língua, não jogam o jogo lingüístico segundo as mesmas regras. Há um mínimo de entendimento mútuo, caso contrário o diálogo simplesmente não seria possível. Contudo, Humpty Dumpty sistematicamente interpreta mal o sentido do que Alice diz, usa palavras com duplo sentido explorando sua ambigüidade, distorce o significado literal de fórmulas convencionais e faz com que Alice se sinta perplexa e sem palavras, frustrando todas suas tentativas de se comunicar.

Um dos exemplos mais interessantes de Freud em seu O Chiste e sua relação com o Inconsciente, também pode ilustrar uma falha na comunicação por falta de cooperação:

"Dois judeus encontraram-se em um vagão de trem em uma estação da Galícia. "Para onde você está indo?" perguntou um deles. "Para Cracov", respondeu o outro. "Como você é mentiroso", disse o primeiro, "Você disse que está indo para Cracov, para que eu pense que vai para Lemberg, quando na realidade você está indo para Cracov. Então porque mentir para mim?". (Freud, 1976, 161).

Este diálogo, extraordinariamente absurdo, mostra como uma mentira pode ser atribuída ao falante, mesmo quando este está dizendo a verdade, se se suspeita que ele tem a intenção de fazer que seu interlocutor não acredite nele, i.é. se ele é conhecido como mentiroso. Trata-se de um caso extremo em que alguém pode ser interpretado como mentindo mesmo se se sabe que está dizendo a verdade. O diálogo é não cooperativo no

sentido de que o ouvinte não confia no falante. O ouvinte pressupõe que o falante está dizendo a verdade apenas para que não se acredite nele e se interprete o que ele está dizendo no sentido oposto. É não cooperativo mesmo se neste caso particular as regras são corretamente obedecidas. Isto mostra que o que determina o valor de verdade de uma asserção e o sucesso do ato de fala não é apenas o fato de que o falante está descrevendo as coisas como de fato são, mas a consideração de como será interpretado pelo ouvinte.

Muitos outros exemplos de respostas e réplicas de caráter provocador podem ser dadas, como casos em que há um conflito entre falante e ouvinte, tendo o diálogo um caráter de desafio, e duelo verbal, provocando uma resposta ou defesa. São cooperativos na medida em que há um entendimento mútuo a nível semântico, e as sentenças proferidas são gramaticalmente corretas, entretanto caracterizam uma quebra na comunicação no sentido de que o diálogo não pode continuar já que falante e ouvinte estão agindo com objetivos opostos. Conta-se, p. ex., que Lady Astor certa vez disse a Winston Churchill: "Se o sr. fosse meu marido eu poria veneno em seu café", ao que Churchill respondeu: "Se a sra. fosse minha esposa eu tomaria o café". O Presidente Calvin Coolidge dos E.U.A., conhecido como homem de poucas palavras foi desafiado certa vez em um banquete na Casa Branca por uma jovem que lhe disse: "Presidente, fiz uma aposta com alguns amigos que conseguiria fazê-lo dizer-me pelo menos três palavras durante este banquete". "Você perdeu", respondeu Coolidge. Casos deste tipo são diferentes da falha de comunicação no diálogo entre Alice e Humpty Dumpty em que há um desentendimento, um não reconhecimento à atitude do interlocutor. Nestes casos, entretanto, há, pode-se dizer, o uso da mesma "regra", voltando-a contra o oponente como em um duelo, através de uma réplica que pode ser considerada como uma "resposta à altura" da provocação, como um "troco dado na mesma moeda". Não há a rigor, é claro, cooperação, mas conflito, porém há coordenação no sentido de que os interlocutores jogam o mesmo jogo, reconhecem seu objetivo e o levam a cabo com sucesso.

Após esta breve discussão de alguns exemplos podemos tentar formular algumas distinções, caracterizando quebras no diálogo e falhas na comunicação:

a) Casos em que a Comunicação não é possível: quando falante e ouvinte falam línguas ou dialetos diferentes, ou quando o falante usa palavras desconhecidas do ouvinte. Não há um campo comum de inteligibilidade, não há sequer a possibilidade de entendimento mútuo a nível semântico. Como exemplos temos o uso de jargão, códigos, linguagem cifrada e línguas estrangeiras.

b) Casos em que a Comunicação é possível em um nível puramente lingüístico. O falante domina as regras e convenções fonéticas, sintáticas e semânticas, mas não as pragmáticas, i.é. as convenções sociais e convenções de uso que regulam um jogo de linguagem específico. Há então comunicação em um nível puramente locucionário, o ato ilocucionário falha, o objetivo ou propósito do que é dito pura e simplesmente não faz sentido nenhum. Em nossa sociedade normalmente as pessoas saúdam umas às ou-

tras perguntando por seu estado de saúde (ex.: "Como vai passando?"). Em países muçulmanos, entretanto, as saudações são feitas por meio de uma invocação do nome de Deus. Portanto, um falante que embora dominando razoavelmente o Árabe, ignorasse os costumes islâmicos, conseguiria perguntar sobre o estado de saúde de seu interlocutor muçulmano, sem contudo conseguir saudá-lo devidamente.

c) Casos não-cooperativos e de engano intencional. O falante se aproveita da ambigüidade e vagueza de certas expressões ou características da língua de modo a iludir ou enganar o ouvinte por algum motivo específico. Ele pode explorar uma característica da linguagem ou um elemento da situação da fala para persuadir o ouvinte, dar uma desculpa, apresentar uma justificativa aparente, evitar responsabilidade, etc. Casos de engano intencional podem ser por omissão, nos quais algo não é revelado ao ouvinte; ou por "comissão" em que algo é dito deliberadamente para enganá-lo, segundo a terminologia de Chisholm e Feehan (1977). Pode haver casos em que a comunicação se dá a nível semântico, porque o que é dito é compreendido, mas não há comunicação ou há comunicação apenas parcial a nível pragmático, porque não há uma cooperação efetiva entre os interlocutores. As intenções e objetivos do falante e do ouvinte são diferentes, opostas ou contraditórias. São casos que podem ser analisados como jogos mistos de coordenação e conflito. A ironia e a insinuação são exemplos em que há um compromisso parcial de parte do falante. O "duplo sentido" e os trocadilhos são alguns dos casos mais inocentes. Em alguns casos de falsa justificção, pode-se distinguir um nível de aparência e um nível de realidade, pois uma forma aparentemente lógica pode ser dada a um argumento ilógico. Pode haver também casos em que o ouvinte interpreta erroneamente o propósito ou objetivo de, por ex., uma pergunta (usada como pedido ou convite); e casos em que as circunstâncias não são apropriadas e os interlocutores não reconhecem, ou fingem não reconhecer, alguma característica relevante do contexto. O falante pode efetivamente desejar que o ouvinte não o interprete corretamente, neste caso há na realidade uma intenção de enganar; ou o ouvinte pode interpretar erroneamente o falante ou porque a mensagem não foi suficientemente clara ou porque deseja evitar, talvez inconscientemente, um sentido desagradável ou desfavorável. Um caso especial é o do engano causado por uma correspondência, ao menos superficial, com as regras lingüísticas (i.é. fonéticas, sintáticas e semânticas), enquanto que as regras ou princípios pragmáticos são violados. O falante joga com estas regras lingüísticas, explorando características da linguagem tais como ambigüidade, sinonímia e vagueza, por motivos específicos, isto é, de modo a obter um objetivo contrário, de alguma maneira, às expectativas e desejos do ouvinte, dependendo do tipo de ato realizado. São estes casos não-cooperativos em que falantes e ouvintes agem contrariamente, em que seus objetivos, fins e propósitos não coincidem. O ato que o falante realiza é intencionalmente diverso do ato que o ouvinte supõe que ele esteja realizando.

d) Casos de mal-entendidos e sentido não-intencional. Algo que não se

pretende expressar é dito provocando um efeito perlocucionário negativo e tendo implicações e conseqüências não desejadas. Elementos contextuais e pressupostos podem dar ao ouvinte meios de interpretar o que não é dito explicita, direta ou intencionalmente pelo falante. Preconceitos inadvertidamente manifestados são um exemplo frequente. Quando o Primeiro Ministro da França, Raymond Barre, descreveu o atentado a bomba a uma sinagoga de Paris como "este odioso ataque, visando os judeus, que atingiu franceses inocentes", seu comentário foi interpretado como sugerindo não só que os judeus não eram nem franceses nem inocentes, mas também que o ataque teria sido menos odioso caso tivesse sido mais limitado.

Não pude desenvolver, nos limites deste trabalho, a análise da interação entre falante e ouvinte em casos de falha na comunicação em termos da noção de jogos mistos de coordenação e conflito, como inicialmente pretendia. Penso, entretanto, que a partir do que foi visto pode-se considerar uma análise deste tipo como uma forma bastante promissora de discutir estes casos.

Não poderia deixar de, ao concluir, indicar algumas das questões mais importantes não aprofundadas neste trabalho, enfatizando a importância deste tipo de discussão para nossa compreensão do uso da linguagem e para o desenvolvimento teórico e metodológico da filosofia lingüística. É minha convicção que um número significativo de problemas da filosofia, da psicologia, da teoria da ação, da discussão sobre a aquisição e domínio da linguagem, bem como dos aspectos psicológicos da comunicação lingüística, podem ser tratados de forma extremamente proveitosa através da consideração das causas e conseqüências de colapsos no diálogo e falhas na comunicação.

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, John L. 1962 How to do Things with Words. Oxford: Oxford Univ. Press.
- CARROLL, Lewis 1963 Through the Looking Glass. Harmondsworth: Penguin.
- CHISHOLM, Roderick M. and Feehan, Thomas D. 1977 The intent to deceive. The Journal of Philosophy 74(3):143-159.
- FREUD, Sigmund 1976 Jokes and their Relation to the Unconscious. Harmondsworth: Penguin
- FOWLER, Roger et al. 1979 Language and Control. London: Routledge & Kegan Paul.
- FROMKIN, Victoria A. (ed.) 1973 Speech Errors as Linguistic Evidence. The Hague-Paris: Mouton.

- GRICE, Henry P. 1975 Logic and conversation. In Syntax and Semantics vol.3 Speech Acts, ed. P.Cole and J.L.Morgan, pp.41-58. London: Academic Press.
- HABERMAS, Juergen 1970 "Towards a theory of communicative competence". Inquiry 13: 360-375.
- LEWIS, David 1969 Convention. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press.
- LORENZER, Alfred 1970 Sprachzerstörung und Rekonstruktion. Frankfurt: Suhrkamp Verlag.
- _____, 1973 Ueber den Gegenstand der Psychoanalyse oder: Sprache und Interaktion.
- ORWELL, George 1962 Inside the Whale and Other Essays. Harmondsworth: Penguin.
- _____, 1970 1984. Harmondsworth: Penguin.

